



## POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO BÁSICO - PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Adriana Maria Gomes do Nascimento<sup>1</sup>  
Fátima de Nazaré Pantoja Rezende<sup>2</sup>  
Rosenilda Ferreira de Freitas<sup>3</sup>  
Washington Berg Sena Corrêa<sup>4</sup>

### RESUMO

A Assistência Estudantil é uma política educacional nacional, que visa garantir o acesso, permanência e formação de qualidade para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, beneficiando, principalmente alunos do ensino superior. No entanto, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica-SECTET/PA, entende como urgente a criação e expansão de uma política de assistência estudantil, que também atenda estudantes do ensino médio, principalmente do ensino profissionalizante e tecnológico. A proposta está alinhada ao comprometimento do Governo do Pará em melhorar os índices educacionais no Estado. Com isso, a Secretaria terá a responsabilidade de definir e fomentar ações, acompanhar e avaliar impactos educacionais produzidos com a implementação dessa política afirmativa, que se baseia em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, como a erradicação da pobreza e à educação de qualidade; na LDB; e no PNAES. Tem como objetivo estabelecer a política de assistência estudantil da SECTET para garantir a inclusão, a permanência e a conclusão com êxito do processo formativo pessoal e profissional dos estudantes. A assistência estudantil é uma política afirmativa que requer investimento e compromisso para desenvolver uma educação equitativa e de qualidade para todos, contribuindo para a erradicação da pobreza, garantir a inclusão social, a acessibilidade e diversidade. As ações e serviços serão desenvolvidos de acordo com as demandas identificadas nas unidades educacionais, atendendo ao cronograma de atividades de capacitação para os técnicos e docentes, acompanhamento pedagógico, acolhimento e acompanhamento psicológico e social. A assistência será destinada a estudantes com matrícula e frequência. Os resultados esperados: zerar o índice de desistência e evasão escolar; aumentar o número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica; garantir a inclusão e conclusão com êxito no processo formativo; favorecer a comunicação e o engajamento entre os envolvidos na comunidade escolar; contribuir para diminuir casos bullying, violência nas escolas, racismo, discriminação, entre outros.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil, Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Política Afirmativa.

### INTRODUÇÃO

A Assistência Estudantil (AE) é um assunto muito importante em termos sociopsicoeducacionais, pois é uma política educacional que atende, prioritariamente, a população em vulnerabilidade socioeconômica, através das políticas afirmativas, que garantem

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino - Universidade Federal do Pará - UFPA, Psicóloga, [adriana.nascimento@sectet.pa.gov.br](mailto:adriana.nascimento@sectet.pa.gov.br);

<sup>2</sup> Graduado em pedagogia, Gerente pedagógica – SECTET, [fatima.rezende@sectet.pa.gov.br](mailto:fatima.rezende@sectet.pa.gov.br);

<sup>3</sup> Mestranda em Computação da Universidade Federal do Pará - UFPA, [rosenilda.freitas@sectet.pa.gov.br](mailto:rosenilda.freitas@sectet.pa.gov.br);

<sup>4</sup> Graduado em Pedagogia pela UNAMA, Diretor -DETEC/SECTET, [washington.correa@sectet.pa.gov.br](mailto:washington.correa@sectet.pa.gov.br)

não só o acesso, como também a permanência e a formação com qualidade dos estudantes. No entanto, apesar de sua importância, ainda é uma ação que privilegia estudantes do ensino superior. Neste sentido, faz-se necessário mudar este cenário e pensar a assistência estudantil para a educação básica, visto que se constitui em um direito social e importante ferramenta de promoção da educação integral.

Neste sentido, a presente proposta trata do desenvolvimento da política de "Assistência Estudantil da SECTET" voltada para os discentes dos cursos de ensino superior, profissional e tecnológicos. A essa Secretaria compete propor, implementar, fomentar financeiramente, acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade, permanência e conclusão com qualidade dos alunos vinculados aos sistemas de ensino da SECTET. O acompanhamento deverá ser realizado em parceria com as assistências estudantis das IFES envolvidas no Programa FORMA PARÁ, com os núcleos pedagógicos da EETEPAs e com as coordenações das USIPAZ. Cabendo-lhe também, a responsabilidade pela definição de políticas e elaboração de metas para a assistência estudantil, em consonância com as diretrizes nacionais.

A Política terá como um dos objetivos assegurar e fomentar ações de assistência, com auxílios diretos (financeiros) e indiretos (serviços), aos estudantes da educação superior, profissional e tecnológica, buscando garantir a inclusão, a permanência e a conclusão com êxito no processo formativo pessoal e profissional desses discentes. Trabalhando de acordo com o que preconiza algumas diretrizes que tratam desta temática, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, como a erradicação da pobreza e à educação de qualidade e; na LDB; além de outros instrumentos regulatórios da área educacional.

As atividades e serviços serão disponibilizados para as EETEPAS, FORMA PARÁ e Usinas, contribuindo com a implementação e/ou fortalecimento de ações já em desenvolvimento nesses espaços, através de parcerias. A Secretaria ficará responsável pelo provimento de recursos necessários para o desenvolvimento das atividades e serviços; disponibilizar os profissionais, que irão desenvolver as atividades previstas nos planos de trabalhos; bem como acompanhar e avaliar as atividades referentes às políticas de assistência, integração e inclusão dos discentes, em parceria com as instituições envolvidas no processo.

Tudo isso tem como finalidade estabelecer os elementos essenciais que permitam às pessoas e às comunidades melhorarem e manterem a qualidade de vida; e criar as condições para que todos os indivíduos busquem atingir o pleno potencial em seus percursos formativos.

## METODOLOGIA

As ações e serviços serão desenvolvidos de acordo com as demandas identificadas nas unidades educacionais, atendendo ao cronograma de atividades de capacitação para os técnicos e docentes, acompanhamento pedagógico, acolhimento e acompanhamento psicológico e social. A assistência será destinada a estudantes com matrícula e frequência.

Com relação ao público, as ações destinam-se, principalmente aos alunos regularmente matriculados nos níveis de escolaridade ofertados pela SECTET. Além dos alunos, algumas ações também contemplarão toda a comunidade escolar.

São 34 EETEPAS, distribuídas em 9 regiões (Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins), das 12 que compõe as regiões de integração do Estado. Atendendo um total de 20 Municípios do Estado do Pará. Essas EETEPAS contam com aproximadamente: 933 professores; 23.793 estudantes, sendo 13.844 alunas e 9.954 alunos; 733 terceirizados e; diretores e servidores, número ainda não declarado.

Tabela 1 – Quantitativo de alunos

	EETEPAS	FORMA PARÁ	CURSOS NAS USIPAZ
<b>23.793 ESTUDANTES</b>	13.844 alunas		Não foi possível especificar
	9.954 alunos	7.818 alunos	até o momento da escrita deste artigo

Fonte: Formulada pelas autoras do Projeto da AE/SECTET

Programa Forma Pará, instituído pela da Lei n. 9.324/2021, possibilita a união entre Governo do Estado, Instituições de Ensino Superior – IES, Prefeituras e Associações Municipais e comunidade civil e tem como um dos objetivos principais a expansão da oferta de cursos de graduação por todos os municípios do Estado do Pará, buscando contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, educacional e cultural das diversas regiões do Estado.

Atualmente, segundo informações da Coordenação do FORMA PARÁ, o programa conta com a parceria de 6 (seis) IES, que oferecem cursos de graduação pelo 144 Municípios, que compõem o Estado do Pará, com aproximadamente 7.818 alunos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Secretaria, ao longo de sua história, já passou por inúmeras transformações. Ela já foi Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração–SEICOM; Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT; Secretaria de Estado de Ciência,

Tecnologia e Inovação – SECTI; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – SECTET; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, neste caso manteve a sigla SECTET; até chegar a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET – SECTET, que optou por manter novamente a sigla, sendo instituída [Lei nº 9.104/2020](#), publicada no DOE em 17 de julho de 2020.

Essas mudanças não foram apenas nas nomenclaturas, mas principalmente na sua atuação social, pois a cada uma delas, a Secretaria assumia novas atribuições, buscando sempre atender da melhor forma possível os anseios e demandas da sociedade paraense em consonância com o contexto socioeconômico e político do Brasil. Por isso, “a atual gestão, a partir do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, optou por denominar as metas de Compromissos Regionais, enfatizando a diretriz de levar a cada região do estado as políticas públicas e ações de governo necessárias à promoção do bem estar da população, em todo o Pará” (PARÁ, 2021, p.5).

Neste sentido, de acordo com o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, através do “Programa: Educação Profissional e Tecnológica”, no biênio 2022-2023, “apresenta 17 Compromissos Regionais distribuídos em 10 Regiões de Integração, tendo dois órgãos responsáveis: SEDUC e SECTET” (PARÁ, 2021, p. 32), dentre estes, o Programa está mais diretamente alinhado a dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Será citado o que está mais diretamente ligado a questões educacionais, que são:

- 1 – Erradicação da Pobreza - buscam pelo futuro melhor, mais justo e mais inclusivo para todos e com isso acabar com a pobreza e a fome, além de incentivar a agricultura sustentável para garantir uma vida saudável. Neste sentido, a educação é um dos meios de promoção da inclusão em todos os aspectos, bem como formar profissionais bem qualificados para o mercado de trabalho.
- 4 – Educação de Qualidade, relata a garantia a educação equitativa e de qualidade para todos. O que contribui para inclusão, acessibilidade e diversidade.

Além desse Programa, também se tem o “Programa: Educação Superior”, que “apresenta 11 Compromissos Regionais distribuídos em sete Regiões de Integração” (PARÁ, 2021, 35) e que tem como responsáveis a Sectet e UEPA. Neste caso, que estão igualmente alinhados diretamente aos ODS, como “Programa: Educação Profissional e Tecnológica”, principalmente no que diz respeito aos quesitos um (1) e quatro (4).

A partir desses compromissos, percebe-se a preocupação da gestão estadual com questões relevantes para a melhoria dos índices educacionais no Estado. Com isso, urge a necessidade de se criar uma assistência estudantil, que possa atuar dando suporte principalmente no que se refere aos tópicos um (1) e quatro(4) dos dois programas, a fim de promover o desenvolvimento pessoal, a formação profissional do indivíduo, favorecendo a busca de soluções eficazes para as mais diversas problemáticas do cotidiano e do universo socioeconômico.

A responsabilidade pelo ensino médio no Brasil é dividida entre os governos estaduais e Governo Federal, o qual transfere recursos e apoio técnico através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Se considerarmos que, de acordo com INEP (2021), que Em 2020, dentre todos os alunos da EPT de nível médio: 50% estavam cursando EPT subsequente, 37% em EPT integrada e 13% em EPT concomitante e que as oportunidades de EPT de nível superior são limitadas no Brasil, a exemplos de outros países. Neste sentido, investir na assistência e acompanhamento acadêmico, poderá melhorar os caminhos da EPT pós-secundário, que muitas vezes permitem que os formandos da EPT continuem seus itinerários formativos (OCDE; ITAU, 202).

Para a OCDE e ITAU, (2022, p. 20) “a falta de opções de EPT pós-secundário pode diminuir a atratividade da EPT para os estudantes”. Possivelmente essa questão justifica o fato do Brasil possuir 90% dos estudantes do ensino médio estarem em programas de ensino regulares. Porém, 80% desse, ingressam no mercado de trabalho sem formação profissional específica (OCDE, 2020), com relação a essa questão, “[...] uma pesquisa realizada entre empregadores brasileiros revelou que, em 2018, mais da metade deles reclamou da falta de habilidades ou experiência exigidas dos candidatos.” (OCDE, 2020). Neste sentido, é possível verificar a importância da ampliação e o fortalecimento da formação profissional e tecnológica, que garanta aos estudantes do ensino médio a possibilidade de desenvolver habilidades e competências de acordo com esses empregos de qualificação média.

Portanto é imprescindível estabelecer parcerias entre escolas e empresas locais, pois facilitam a oferta inicial de estágios e posteriormente a contratação dos alunos egressos. Porém, construir essas parcerias ainda é um grande desafio, que pode ser resolvido a partir do acompanhamento sociopsicopedagógico da assistência estudantil.

Por isso, entende-se que é essencial a criação da Assistência Estudantil da Sectet como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino médio técnico e superior. Vale ressaltar que esta iniciativa estará em consonância com um dos

grandes marcos da história da educação brasileira, que foi a instituição da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (FONAPRACE, 2012), a qual cumpre o papel relevante de estabelecer políticas no âmbito dos processos educativos e formativos nos ambientes acadêmicos, com objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Corroborando com essa perspectiva, Soares e Amaral (2022, p. 2) afirmam que,

A escola é reconhecida como uma expressão da sociedade, cujos estudantes pertencentes à classe trabalhadora ou sujeitos oriundos das classes populares apresentam teoricamente maiores dificuldades de acesso e de permanência, sendo necessária a superação de tais dificuldades, por meio de ações que viabilizem a democratização tanto do acesso como da permanência no cotidiano acadêmico escolar portanto, é preciso reconhecer que o atendimento e acompanhamento sociopsicopedagógico a este público precisa ser estabelecido através da assistência estudantil e estendido para todos o níveis de escolaridade, pois já está escrito nos marcos regulatórios da política de educação, tanto com a Lei de Diretrizes e Base - LDB/96, nos incisos: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IX - garantia de padrão de qualidade; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, a Lei “contribuiu para a consolidação das políticas de assistências estudantil, ao defini-las como um direito igual para todos os alunos que precisassem” (NASCIMENTO, 2022, p. 29). Quanto ao PNAES/2010, assegurou a igualdade de oportunidades para o acesso, a permanência e o êxito do educando.

Assim, essa proposta de criação da assistência estudantil da SECTET, com objetivo de fazer o acompanhamento sociopsicopedagógico dos discentes, resguardando as devidas especificidades de cada público, se faz necessária, pois vai ao encontro do grande marco regulatório, PNAES, que preconiza como principais objetivos, no artigo segundo (BRASIL, 2010),

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão e;
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação

Ainda que esses objetivos estejam claramente definidos para o ensino superior, eles também atendem os anseios da educação básica, principalmente no que diz respeito ao público das ações da Sectet, pois estão alinhados aos compromissos das ODS, quando se refere aos itens um (1) e quatro (4), como já foi mencionado. A assistência estudantil é considerada um dos setores estratégicos dentro das instituições de ensino, pois é o setor que trabalha com as mais variadas questões que envolvem os discentes (NASCIMENTO, 2022).

Por isso, será importante a estruturação da Assistência Estudantil da Secretaria – AS/SECTET como instrumento de garantia de direitos, de inclusão, diversidade e acessibilidade à educação, com intuito de contribuir com ensino de qualidade e formar profissionais preparados para o mercado de trabalho e para a vida de modo geral. Pois, de acordo com os autores Imperatóri (2017) e Barbosa (2009), a política de assistência estudantil vem ganhando cada vez mais destaque já que,

[...] a assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula. (IMPERATÓRI, 2017, p. 290).

[...] conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos. (BARBOSA, 2009, p. 40).

Não restam dúvidas que as políticas públicas de assistência estudantil possuem um valor público e devem ser vistas e analisadas como um investimento, devido a importância da educação frente ao desenvolvimento de uma região bem como a promoção social dos indivíduos, habilitando-os para desempenharem papéis estratégicos na sociedade (IMPERATÓRI, 2017).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação no ensino superior (IFES), oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Essas ações devem ser executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Para selecionar os estudantes que fazem jus aos auxílios, são elaborados critérios de seleção para os estudantes, para isso, devem levar em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. A criação de um programa dessa natureza precisa receber investimentos financeiros e estruturação de equipes de trabalho para que possa dar conta das demandas.

Por isso, para desenvolver esse trabalho de assistência, é necessário constituir uma equipe multidisciplinar de trabalho com diferentes saberes laborais e experiências que constituem a identidade dos profissionais, pois segundo Nascimento (2022), a educação é um processo em constante movimento, gerando diversas demandas. Neste sentido, os estudantes das instituições públicas, em alguns momentos do percurso acadêmico poderão precisar de acompanhamento para dar conta das mais variadas dificuldades, tais como: pedagógicas, psicossociais, psicológicas, socioeconômicas, entre outras. Por isso, a necessidade de contar

com uma equipe multidisciplinar, como assistente social, psicóloga(o) e pedagoga(o) - equipe sociopsicopedagógica, que atua na linha de frente das ações junto aos discentes, bem como outros profissionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ainda que o projeto de Assistência Estudantil da SECTETesteja no início, já foi possível obtermos alguns resultados, como a aquisição de uma sala para funcionar o “Setor Sócio-psicopedagógico”, onde podemos receber diretores de escolas, os professores, os alunos e seus familiares. Além de outras pessoas, que desejam saber sobre nosso trabalho e como funciona.

A partir de algumas visitas às escolas, identificamos a necessidade de documentos adequados para os registros e eventuais encaminhamentos para as questões referentes ao fluxo institucional, de forma a resguardar o sigilo e a individualidade de cada aluno. Dessa forma, foram construídos alguns instrumentos orientadores para o acompanhamento dos alunos, como: modelos de relatórios; de encaminhamentos; formulário de perfil sócioeconômico.

Alguns alunos já estão em processo de acompanhamentos Sócio-psicopedagógico, a partir de acolhimento das demandas encaminhadas pelos mais diversos setores, ou até mesmo por procura espontânea feita pelos familiares e aluno. Os atendimentos ao público referido foram feitos tanto na sede da SECTET, quanto em visitas técnicas às EETEPAs. Em alguns casos, houve também a necessidade de visitas domiciliares, visitas às instituições como Secretarias Municipais, CRAS, CAPS, Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação – CIIR, visita à Assistência Estudantil de uma Universidade Pública para reunir com a equipe de Inclusão e acessibilidade, para entender melhor o funcionamento e troca de conhecimentos, pois é um momento de muitas pesquisas sobre outras experiências exitosas de assistências estudantis exitosas.

Para desenvolver as ações de assistência estudantil da SECTET e fortalecer as já existentes, voltadas para os discentes das EETEPAs, que são aproximadamente 24 mil alunos, distribuídos por todo o Pará, além desses resultados alcançados, ainda espera-se realizar parcerias; diminuir o índice de desistência e evasão escolar; garantir a inclusão, a permanência e a conclusão com êxito no processo formativo pessoal e profissional dos alunos da SECTET; favorecer a comunicação e o engajamento entre a SECTET e as EETEPAs e melhorar as



questões que envolve saúde mental dos alunos, contribuindo para diminuir registro de casos *bullying*, violência nas escolas, racismo, discriminação, entre outros.

Entendemos que, em um mundo assolado por variadas crises, econômica, política, sanitária e humanitária, as redes de contato e os relacionamentos, sejam quais forem as esferas da vida, são essenciais e estruturantes para a transformação de realidades sociais. Assim, oferecer um serviço de assistência aos estudantes, que tenha como base o acolhimento psicológico, social e pedagógico é bastante relevante para o processo de ensino e aprendizagem nas EETEPAs. Esse trabalho de assistência estudantil, já existem nas Universidades e são muito exitosos, como mostram os estudos a esse respeito, então por que não pensar em uma assistência estudantil para o Ensino Médio Técnico Profissionalizante!?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da AE, as instituições de ensino estabelecem um compromisso com a assistência integral aos estudantes, proporcionando condições necessárias para que possam atingir seu pleno potencial durante seus percursos formativos, contribuindo com acesso equitativo, garantindo acessibilidade, permanência e formação com qualidade a todos os estudantes. Tornando-se um setor estratégico no contexto educacional, pois fomenta ambientes inclusivos e enriquecedores para todos os envolvidos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por isso a importância da criação e desenvolvimento de políticas educacionais com intuito de melhorar a educação paraense, quiçá, brasileira.

Neste sentido, a aquisição de espaço Sociopsicopedagógico, para o acolhimento e acompanhamento dos alunos, demonstra o compromisso da instituição com o bem-estar integral dos estudantes, proporcionando um ambiente dedicado ao suporte socioemocional e pedagógico deles. Além disso, a criação de instrumentos, com base nos princípios éticos e legais, como modelos de relatórios, encaminhamentos e formulários socioeconômicos, otimiza a documentação e comunicação intra e interinstitucional.

Por fim, é importante agradecer os gestores da SECTET, pelo apoio ao projeto e todas as pessoas, que contribuem de alguma forma, para uma educação de qualidade e inclusiva por todo o Estado do Pará.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 17 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 11/21** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, (2021)  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> (acesso em 17 nov. 2021).

FONAPRACE : **Revista Comemorativa 25 Anos** : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.  
[http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf)

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2017, n.129, pp.285-303. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200285&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200285&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 04 abr, 2021.

NASCIMENTO, A. M. G. do. **O uso de princípios de metodologias ativas em oficina de formação continuada e integração de equipes sociopsicopedagógicas da assistência estudantil das IFES.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Inovação e Tecnologias aplicadas a Ensino e Extensão, Programa de Pós-graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior, Mestrado profissional em Ensino, Belém, 2022. Disponível em: <https://www.ppgcimes.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/475-2022-2>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SOARES, P. DA S.; AMARAL, C. DE A.. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. Educação e Pesquisa SOARES, P. DA S.; AMARAL, C. DE A.. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. Educação e Pesquisa, v. 48, n. Educ. Pesqui., 2022 48, 2022. [SciELO - Brasil - A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação](#) A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação

#### SITES CONSULTADOS

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/no-brasil-so-9-dos-formandos-do-ensino-medio-recebem-formacao-profissional/>  
[Engajamento de Empresas na EPT no Brasil: aprendizados de práticas internacionais OCDE \(Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico\), Itaú Educação e Trabalho e Fundação Roberto Marinho](#)  
[Itaú OCDE Publicação Total Portugues.pdf \(observatorioept.org.br\)](#)

